



## 2. INTRODUÇÃO

Este relatório técnico visa analisar as contas governamentais a partir dos demonstrativos contábeis apresentados no Balanço Geral do Estado. Esses demonstrativos englobam os tradicionais balanços contábeis, além dos relatórios resumidos de execução orçamentária e relatórios de gestão fiscal publicados periodicamente por exigência da legislação atual.

Para um melhor entendimento de como ocorreu a gestão dos recursos públicos no exercício, optou-se por dividir o relatório em blocos tomando como ponto de partida os demonstrativos contábeis apresentados. Desta forma, procurou-se demonstrar como ocorreu a gestão fiscal do Estado de Pernambuco e como se desenvolveram as gestões orçamentária, financeira e patrimonial no exercício.

Antecedendo a esses blocos, o relatório, da mesma forma como nos anos anteriores, contempla capítulo referente à Reforma Administrativa do Estado, abordando as principais alterações ocorridas na Lei Complementar nº 49/03, as empresas extintas em 2004, as entidades credenciadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, bem como traz uma análise dos principais resultados alcançados com o Programa Estadual de Modernização da Gestão Pública – PROGESTÃO.

Em relação à gestão fiscal, esta vem sofrendo forte influência do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal no qual o Governo Federal estipulou em conjunto com o Governo Estadual, várias metas fiscais para o exercício. Desta forma, abordamos o cumprimento das metas do referido programa em capítulo específico desse relatório.

No capítulo relativo à gestão orçamentária foram analisados os instrumentos de planejamento e orçamentação, bem como a compatibilidade entre eles. Foram analisadas, também, as alterações sofridas pelo Orçamento Fiscal e de Investimentos.

Foi analisado o comportamento das principais receitas que integram a arrecadação estadual, bem como as despesas mais relevantes, e suas fontes de financiamento

Em relação à gestão financeira, procurou-se verificar como se comportou o fluxo financeiro no Estado, incluída aí a movimentação extra-orçamentária dos recursos, com a finalidade de se analisar, principalmente, se o Estado conseguiu cumprir seus compromissos financeiros, ante os recursos disponíveis, e, em especial, as movimentações dos restos a pagar.

No que tange à gestão patrimonial, o relatório analisa os principais grupos de contas do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, com objetivo de verificar as fidedignidades das contabilizações diante da realidade. Nesse capítulo, além da análise do comportamento da dívida ativa, fez-se também uma análise da dívida consolidada do Estado, em especial a contratual, onde, além de serem verificados os limites de endividamento e de pagamento ditados pelo Senado Federal, foram analisados os principais fatores que influenciaram o estoque da dívida, sua natureza, e os principais credores.

Este relatório traz a inclusão de novos capítulos sobre as áreas de saúde e educação. Além da verificação dos limites mínimos de aplicação determinados pela Constituição Federal, foram introduzidas informações complementares visando uma análise mais completa da gestão estadual nessas duas áreas.

Ainda, houve a verificação do cumprimento dos requisitos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal por meio da análise dos seus Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
TRIBUNAL DE CONTAS

Outro fato que vem merecendo destaque são os gastos com publicidade e propaganda. Neste relatório, mais uma vez, houve a verificação do cumprimento do limite fiscal estabelecido para esse tipo de gasto, realizado tanto pela Administração direta quanto pela indireta, assim como, a evidenciação da natureza das campanhas publicitárias veiculadas durante o exercício.

Por fim, abordou-se as principais alterações legais ocorridas no Sistema de Previdência Estadual.